



LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DA 137ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, as 9h30min, conforme prévia convocação, por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente o Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP-PREVCOM. Participaram Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho, César Silva, Demetrius Queiroz do Rego Barros, Jean Pierre Geremias de Jesus Neto, José Francisco Dutra da Silva e Mauro Ricardo Machado Costa, membros titulares, Eduardo Bergamaschi Felizola, Fábio Teizo Belo da Silva, Elaine Versignasi dos Santos, Luiz Antônio Tozi, Márcio Cury Abumussi, e Tiago José Kich Temperani, membros suplentes. Pela Fundação, Carlos Henrique Flory, Diretor-Presidente, Karina Marçon Spechoto Leite, Patrícia Sales de Oliveira Costa e Francislene Nascimento, Diretoras, Paulo Roberto da Rosa, Roberto Pitaguari Germanos e Edenilson Figueiredo da Silva, assessores, Joseane da Silva Prado, assistente. A Conselheira Marina Battilani, presidindo a reunião, submeteu à apreciação do colegiado a ata da 136ª reunião ordinária, aprovada por unanimidade, sem ressalvas. Seguindo, passou a palavra ao Sr. Daniel de Souza Coelho, Presidente do Conselho Fiscal para apresentação do Relatório de Controles Internos referente ao 2º semestre do exercício de 2022, encaminhado ao colegiado em sua íntegra. O sr. Daniel iniciou comentando referido relatório, de forma sucinta, destacando principais tópicos a serem abordados. Citou a Resolução CGPC nº 13, que define a obrigatoriedade da emissão de relatório semestral contemplando as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre: i) a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos; ii) a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária; iii) as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso; iv) análise da manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores e a análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las. Destacou os pontos de melhoria de segregação por planos de investimentos e relatórios contábeis por CNPJ, maior segregação das funções, equipes e contratos,



LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DA 137ª REUNIÃO ORDINÁRIA

revisão do *layout* de demonstrativos contábeis, nova apresentação dos indicadores de gestão e aprimoramento dos controles internos de gestão de riscos. Como ponto de atenção, recomendou a redução do prazo de elaboração dos relatórios semestrais. Seguindo passou a comentar sobre investimentos registrando que 98,70% do patrimônio está concentrado nos planos PREVCOM RG, PREVCOM RG UNIS e PREVCOM RP. As aplicações representam uma concentração de 74,56% em renda fixa, 14,33% em estruturados, sendo 9,52% em multimercados e 4,92% em FIPs. Conforme relatório de *compliance* elaborado pela Consultoria Aditus, os limites de locação e concentração foram adotados de acordo com as respectivas políticas de investimentos de cada plano e a legislação vigente. Sobre liquidez e risco, não foi constatado nenhuma desconformidade com as Políticas de Investimentos vigentes. Diante das análises efetuadas o Conselho Fiscal observou que a Fundação, no segundo semestre de 2022, teve as Políticas de Investimentos de todos os planos por ela geridos, aderentes a Resolução CMN nº 4.994/22 e demais normas emitidas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, recomendando: i) a inclusão dos indicadores de aderências às metas/*benchmark*; ii) que a Diretoria de Investimentos continue a apresentar e aprimorar o relatório sintético do consolidado dos planos com os indicadores com risco, retorno de aderências às metas/*benchmarks* que estão apresentando resultados abaixo do esperado; iii) a elaboração de comparativos da qualidade de gestão e performance de rentabilidade de outros fundos de previdência similares. Seguindo, passou a discorrer sobre as provisões matemáticas dos benefícios concedidos e a conceder e constituição de fundos, o demonstrativo de cobertura por plano permitindo visualizar o equilíbrio e a devida cobertura patrimonial dos planos. Considerando que a natureza dos planos é de contribuição definida, não há o que se manifestar acerca da aderência das premissas e hipóteses atuariais. Sobre custos e orçamento, demonstrou o acompanhamento da execução orçamentária da gestão previdencial com as adições e deduções, as receitas consolidadas e do PGA, o critério de rateio das despesas e das despesas dos investimentos. Com referência aos indicadores de gestão destacou a taxa de



LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DA 137ª REUNIÃO ORDINÁRIA

administração e de carregamento por planos, despesas administrativas por participante, os recursos garantidores, o ativo total, as receitas e despesas de pessoal e a evolução do fundo administrativo. Continuando o Conselheiro Daniel apresentou as despesas administrativas sobre o fluxo previdencial, despesa anual por participante, despesa administrativa anual sobre ativos, despesa administrativa anual sobre receitas administrativas, despesa pessoal encargos sobre despesa administrativa anual e a evolução do fundo administrativo. O Conselho Fiscal manifestou-se dizendo que o grau de detalhamento do orçamento quanto aos investimentos em ativo permanente apresenta-se adequado a atual fase operacional, ao porte e complexidade da Fundação, permitindo o efetivo acompanhamento por parte desse Conselho Fiscal, da execução orçamentária e dos seus atuais níveis de aderência. Recomendou que permaneça instituída a Comissão permanente de licitação e que a Fundação busque maior parcimônia na elaboração do orçamento anual. Ainda, no tocante aos salários e encargos, firmação de contratos e publicações de seus atos e fatos, o Conselho recomenda que a Fundação observe o contido na Lei nº 14.653 no tocante a sua natureza pública e na Resolução CNPC nº 48/2011, quanto aos limites para cobertura de Despesas Administrativas, buscando o enquadramento dos planos nos limitadores dos recursos garantidores e sobre o fluxo previdencial, sem comprometer a constituição de um PGA adequado ao porte e complexidade da Fundação. Na gestão de riscos e controles internos o Conselho Fiscal, avaliando a documentação disponibilizada pela Fundação, julgou adequados a aderência e a eficácia dos controles internos, recomendando a continuidade da implantação efetiva da gestão de riscos, aperfeiçoamento dos processos e sistemas, obediência às normas vigentes para contratação de pessoal, adoção de procedimentos licitatórios, estabelecimento de política de corrupção, prevenção e combate à fraude, afastando possíveis conflitos de interesse e potenciais riscos de imagem. Finalizou comentando o processo de certificação dos membros que se apresentam regulares. Finalizada a apresentação o Conselheiro Mauro Ricardo, solicitando a palavra, propôs que as recomendações citadas



LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DA 137ª REUNIÃO ORDINÁRIA

pelo Conselho Fiscal sejam inseridas no plano de ação da Fundação, possibilitando ao Conselho Deliberativo o acompanhamento tempestivo. Proposta acolhida pelos demais membros do Conselho. Ao manifestar-se a respeito da polemica sobre a natureza da Fundação, se pública ou privada, entende que o assunto é de alçada e competência do Governo Estadual. O Conselheiro Demetrius parabenizou o Conselho Fiscal pelo trabalho apresentado, elogiando o seu conteúdo e dizendo da importância do detalhamento contido no relatório, permitindo ao Conselho Deliberativo um melhor acompanhamento das recomendações. O Conselheiro José Dutra também teceu elogios ao trabalho apresentado. Quanto a definição de natureza jurídica da Fundação, se pública ou privada entende que a Fundação necessitaria de uma maior autonomia, com uma estrutura funcional de cargos e salários adequados à necessidade e ao seu porte. Finalizou lembrando da necessidade de retomar a condução do projeto elaborado pela FGV, referente a reestruturação de cargos e salários. Solicitando a palavra o Conselheiro César Silva, cumprimentando e dando as boas-vindas aos novos membros, disse que a discussão sobre a natureza jurídica da Fundação, citada em quase todas as reuniões do colegiado, entende que o Conselho deve dar início a um processo de discussão sobre qual o tipo ideal de Fundação que queremos, definindo seus limites de atuação, possibilitando assim desenhar estratégias e planos de ação. Solicitando a palavra o Diretor-Presidente observou que na Lei original estava previsto gerir os planos do Estado de São Paulo e dos municípios do Estado. Na sequência, com a alteração da Lei, foi permitido que a Fundação passasse a gerir entidades de previdência de outros entes federativos. A Presidência do Conselho agradeceu a todos pelas intervenções e ao Sr. Daniel pela apresentação do relatório. Seguindo, propôs inversão na ordem dos itens da pauta, sugerindo a apresentação do plano de ação. O sr. Ednilson, iniciando a sua participação, deu as boas-vidas aos novos membros, colocando-se à disposição e lembrou que a auditoria interna e controladoria estão vinculadas diretamente ao Diretor-Presidente e ao Conselho Deliberativo. Iniciou dizendo que o relatório de monitoramento das recomendações dos órgãos de controle, concentram as recomendações do Tribunal



LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DA 137ª REUNIÃO ORDINÁRIA

de Contas, da PREVIC, do Conselho Fiscal, da auditoria externa e do COAUD. De forma sucinta passou a comentar o relatório estatístico de todas as recomendações emitidas, as tratadas, as em andamento e as em estoque, posição junho/23, lembrando que o relatório completo e detalhado já foi enviado ao Conselho. Salientou ainda que no relatório é feita a consolidação das recomendações, inclusive as duplicadas ou reiteradas anualmente e constantes de vários relatórios, transformando-as em ações únicas. Atualmente existem 92 recomendações emitidas, 44 tratadas e 48 em estoque que convertidas em ações se traduzem em 41 ações em andamento. A Presidente Marina questionou se as recomendações reiteradas têm tratamento prioritário ou são conduzidas como normais. O Sr. Edenilson disse que a ação entra no rol das demais, porém priorizando a avaliação do risco a ela atribuída. Lembrou ainda que algumas ações são demandas de ações externas e não dependem da vontade da Fundação para a sua conclusão, citando como exemplo, a recomendação do Tribunal de Contas quanto a realização de concurso público. Destacou que a auditoria faz uma verificação de qualidade dos processos de baixa de cada ação com base nas evidências. Disse que para o próximo mês deverá ter um crescimento, considerando a emissão de novos relatórios semestrais do COAUD, do Conselho Fiscal, da Auditoria Independente e do Relatório de Efetividade da Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Terrorismo. Por fim, lembrou que no relatório é possível observar informações como o órgão emissor das recomendações, as áreas envolvidas na sua execução, se a ação está em dia e uma avaliação de risco atribuída a cada ação. A Presidente Marina solicitou a inclusão, no relatório de acompanhamento, das datas de início e término do prazo, o percentual de realização e a montagem de processo administrativo com todas as informações e documentação comprobatória das ações concluídas. O Conselheiro Fabio manifestou-se dizendo da importância de a Fundação consolidar todas as informações, com os detalhes, para que a Secretaria de Gestão possa analisar em conjunto, os processos de reestruturação de cargos e salários realizados pela FGV e da realização de concurso, para preenchimento dos cargos, reclamado pelo Tribunal de Contas. O Conselheiro



LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DA 137ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Mauro Ricardo salientou que os pedidos de reestruturação de cargos e salários e a realização de concurso público, extremamente relevantes e prioritários, já tramitam há algum tempo na Secretaria de Gestão e, ainda pendentes de análise, necessitam ser retomados, com urgência, de forma a suprir as necessidades do quadro funcional, visando o atendimento das demandas dos órgãos fiscalizadores. Retomando a palavra, o Conselheiro Fábio colocou-se à disposição para participar de uma reunião conjunta do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, de forma a alinhar as duas frentes, buscando uma solução para as pendências. O Diretor-presidente informou que a Fundação encaminhou novo ofício reiterando o pedido, reencaminhando o estudo elaborado pela FGV e incluindo o processo no sistema SEI. O Conselheiro Mauro Ricardo sugeriu encaminhar o estudo aos novos membros do Colegiado. Encerrados os questionamentos, a Presidência agradeceu a participação do Sr. Edenilson. Na sequência, para apresentação do Planejamento Estratégico passou a palavra a Diretora Patrícia, que iniciou comentando as ações estratégicas e os indicadores e nas metas de médio e longo prazos, lembrando que originalmente o planejamento contemplava os próximos 5 anos e considerou as metas de curto prazo para 2020/2021, médio prazo para 2022/2023 e longo prazo para 2024/2025. Os objetivos estratégicos da Fundação contemplam: i) o aumento do número de participantes; ii) aumento da fidelização e a retenção de participantes; iii) a redução da taxa de administração; iv) redução dos custos por participante, e v) atingir o retorno financeiro alvo, de forma sistemática, no longo prazo. Para elevar o número de participantes a estratégia é de aumentar o número de adesões ao plano e a adesão de novos entes e como indicadores, o quantitativo resultante dessas novas frentes. Sobre o número de participantes, alcançar 7.500 adesões, com previsão de se atingir em torno de 50.000 participantes. Como metas de longo prazo, a previsão de fechar 2024 e 2025, com 2 adesões por ano, ao plano PREVCOM MULTI e um população em torno de 50 mil participantes, sendo a maior concentração no Plano PREVCOM RP. Lembrou que para o estabelecimento das metas foram considerados novos concursados no Plano PREVCOM RP, servidores do PLANO



LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DA 137ª REUNIÃO ORDINÁRIA

RP anteriores e servidores de outros entes. Para o aumento da fidelização e a retenção de participantes, as estratégias a serem adotadas consistem em reverter as solicitações de cancelamentos, aprimorar o relacionamento com o participante e implantar a concessão de empréstimo aos participantes. Como meta de médio prazo, manter a taxa de cancelamento abaixo de 3% e o índice de satisfação atingir zona de qualidade acima de 50 pontos e no longo prazo aumentar 10 pontos no NPS em relação à pesquisa anterior. Para a redução da taxa de administração, as estratégias são de otimização para aumento de produtividade e do aumento gradual do patrimônio para um total de R\$ 4,4 bilhões para 2025. Como forma de redução do custo por participante, as estratégias são de redução das despesas administrativas e o aumento do número de participantes. Para atingir o objetivo de retorno financeiro alvo, no longo prazo, as estratégias são de estruturar acompanhamento tempestivo dos investimentos, aumentar o contato com o mercado, ampliar a diversificação de gestores e produtos nas carteiras de investimentos, implementar aspectos ESG no modelo de Gestão de Investimentos e aprimorar a relação risco e retorno das carteiras de investimentos. Os indicadores, de retorno financeiro, volatilidade, VAR (*Value At Risk*) – Risco de Mercado (classe de ativos por plano) e MSCI ESG Rating. A partir de 2023, manter o VAR dentro dos limites estabelecidos na Política de Investimentos individual por plano, sendo renda fixa 3,5%, renda variável 15%, Investimentos no exterior 10% e estruturado 4%. Finalizou apresentando um resumo dos objetivos alcançados em 2022 e 2023, de redução da taxa de administração, do aumento do patrimônio e da rentabilidade, e ainda em processo, o aumento do número de participantes e de novos entes, o aumento da fidelização e retenção de participantes, a redução do custo por participante e o retorno sistemático do alvo no longo prazo. O Conselheiro José Dutra questionou a Presidência da Fundação sobre sua participação reunião realizada com a reitoria da USP, para tratar da possibilidade de reabertura para novas adesões ao Plano PREVCOM RG UNIS. O Presidente informou que o pedido de reabertura do plano já se encontra na Secretaria de Gestão para análise. Seguindo, o Diretor-presidente comunicou que a Fundação formalizou sua adesão ao Código



LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DA 137ª REUNIÃO ORDINÁRIA

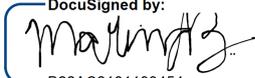
Brasileiro de *Stewardship*, devendo aumentar a sua participação em ativos sustentáveis. O Código é uma iniciativa da AMEC e da *CFA Society Brazil* que tem como objetivo desenvolver e disseminar a cultura *Stewardship* no mercado de capitais brasileiros, promovendo o senso de propriedade nos investidores institucionais, criando padrões de engajamento responsável e cuidando dos temas nos aspectos ambientais, sociais e de governança de nossos investimentos. Na sequência, a Diretora Francislene passou a apresentar o Relatório mensal de Investimentos comentando a movimentação do mês apresentando a evolução do patrimônio, posição junho de 2023 que somou R\$ 2.895 milhões e a captação líquida mensal em torno de R\$ 27 milhões. A alocação do patrimônio apresenta uma concentração de 98,34% nos planos RP, RG e RG UNIS. As aplicações foram de 75,31% em Renda Fixa, 2,39% em imobiliário, 6,09% em ações local, 2,18% em ações no exterior, 8,63% em fundos multimercados e 5,40% em FIPs. O retorno acumulado da carteira no mês de junho/23 foi de 1,34% para um alvo de 0,25% e, nos últimos 12 meses, 11,38% para um alvo de 7,35%. A rentabilidade acumulada desde o início é de 198,99% para um alvo de 191,66%. Finalizou com um rápido comentário sobre o acompanhamento, por plano e por Fundos, da interferência das Americanas e Light, no período dezembro/22 a maio/ 23. Na sequência, a Presidência submeteu ao colegiado a proposta de postergar a apresentação do item 3 da pauta, para a próxima reunião, aprovado por todos os membros. Seguindo, passou a palavra ao Diretor-Presidente que comentou sobre o item da pauta que trata da realização do 44º Congresso da ABRAPP, a ser realizado no período de 18 a 20 de outubro. Informou que Fundação pagará as inscrições desde que formalizadas até 11.08.23. Retomando a palavra a Presidência do Conselho comentou sobre a adoção dos procedimentos e prazos para encaminhamento de pedido de inclusão de itens na pauta e seus respectivos documentos. Solicitou à Diretoria da Fundação um relatório constando os documentos de deliberação obrigatória pelo colegiado, com os prazos e informações. Ainda, solicitou o envio à Presidência da minuta da pauta, com o material correspondente, exceto as apresentações, no prazo mínimo de 5 dias úteis para análise e posterior envio aos



LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

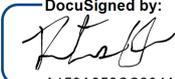
ATA DA 137ª REUNIÃO ORDINÁRIA

membros do Conselho, possibilitando dessa forma, a análise pelo colegiado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerrou a reunião e para constar, eu, Cesar Gnoatto, secretário da reunião, lavrei e subscrevo a presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos membros titulares presentes.

DocuSigned by:

 B22AC2181192454
 Marina Brito Bättilani
 Presidente

DocuSigned by:

 2D0AAC58DB3E43D...
 Cesar Silva
 Conselheiro

DocuSigned by:

 A159A952CC304A6...
 Demetrius Queiroz do Rego Barros
 Conselheiro

DocuSigned by:

 6FBE2E1400E2438...
 Jean Pierre Geremias de Jesus Neto
 Conselheiro

DocuSigned by:

 4DDF9B892F3448C...
 José Francisco Dutra da Silva
 Conselheiro

DocuSigned by:

 04B704B93EC34C4...
 Mauro Ricardo Machado Costa
 Conselheiro

DocuSigned by:

 145FCC72A8D7425...
 Cesar Gnoatto
 Secretário